

RESERVA EXTRATIVA MARINHA (RESEX) DA PRAINHA DO CANTO VERDE: A COMUNIDADE CONCRETIZANDO UM SONHO

José Wilson Galdino

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma análise dos processos pelos quais um grupo de pescadores articulados em torno de um Conselho de Pesca, uma das bases de seu movimento social, articulou e mobilizou a comunidade do município de Beberibe, culminando com a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) da Prainha do Canto Verde. Junto com a luta pela posse da terra, essa comunidade foi submetida a um processo educativo, através de seu movimento social local, que qualificou suas lideranças a enfrentarem todos os obstáculos desse processo. Empregando os passos e instrumentos da pesquisa qualitativa, fundamentada num estudo de caso, com concepções etnográficas e o enfoque fenomenológico, apresentamos neste trabalho os resultados de nossa apreensão das vivências explicitadas nos relatos dos protagonistas. O discurso dos sujeitos revelou diversos aspectos da experiência de conquista da RESEX, os quais fortaleceram e articularam o movimento social dos pescadores profissionais litorâneos, bem como criaram uma referência, um exemplo a ser seguido pelas demais comunidades que vivenciam conflitos pela posse de seu território. Da mesma forma, contribuíram para a solidez do movimento social da Prainha, de sua mobilização e, por consequência, da organização da comunidade.

Palavras-chave: Comunidades Litorâneas; Pesca Artesanal; Movimentos Sociais.

NAVY RESERVE EXTRACTION (RESEX) PRAINHA THE SINGING GREEN: COMMUNITY REALIZING A DREAM

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the processes by which a group of fishermen articulated around a Board of Fisheries, one of the foundations of their social movement, articulated and mobilized the community of Beberibe, culminating with the creation of the Marine Extractive Reserve (RESEX) Prainha do Canto Verde. Along with the struggle for land, this community has undergone an educational process through their local social movement, which made their leaders able to face all obstacles in this process. Employing the steps and tools of qualitative research, based on a case study with ethnographic and phenomenological conceptions, in this paper we present the results of our apprehension of experiences explained in the accounts of the protagonists. The subjects' discourses revealed many aspects of the experience of the conquest of the RESEX, which strengthened and articulated the social movement of coastal fishermen, as well as created a reference, an example to be followed by other communities who experience conflicts over possession of their territories. Likewise, contributed to the strength of the social movement of Prainha, its mobilization and, consequently, the community organization.

Key Words: Coastal Communities; Artisanal Fishing; Social Movements

JOSÉ WILSON GALDINO: Professor e Pesquisador da Universidade. Federal do Ceará - SEDUC-CE. E-mail:galdinoufc@gmail.com

Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa intitulada "Educação e Movimentos Sociais na Pesca Artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde", realizada pelo autor no litoral cearense para a obtenção do grau de Doutor.

Introdução

A comunidade objeto/unidade desta pesquisa foi a “Prainha do Canto Verde”, localizada no Distrito de Paripueira, Município de Beberibe, situado no litoral leste do Estado do Ceará, distando 116 km da cidade de Fortaleza, tendo como acesso principal a CE-040 (Figura 1). O trajeto de 05 km da CE-040 até a comunidade somente foi asfaltado em março de 2000. Até então, somente carros com tração realizavam esse percurso sem maiores prob-

lemas. Trata-se de uma comunidade típica de pescadores artesanais litorâneos e que, nos últimos vinte anos, foi “palco” de várias mobilizações que perpassam os movimentos sociais litorâneos do Estado. Nessa perspectiva, ela é considerada como uma referência de organização comunitária, que apresenta resultados relevantes em suas lutas e reivindicações pelos seus direitos de cidadania.

A comunidade possui sentimento associativista intenso, calçado pela luta dos moradores em defesa de seu território de moradia/

Figura 1: Acesso e Localização da Prainha do Canto Verde no Litoral Cearense



Fonte: Governo do Estado do Ceará/DER, 2007

habitação, em virtude da especulação imobiliária de seu litoral, desencadeada por agências turísticas e empreendedores imobiliários, por meio de seus “grileiros”, principalmente a Imobiliária Henrique Jorge. A principal atividade econômica é a pesca extrativista artesanal, a qual se constitui na mais importante fonte de renda de suas 390 famílias (IBGE-2003), que ocupam um aglomerado de 190 casas (ALMEIDA, 2002), onde reside um total de aproximadamente 1.300 habitantes. Outra fonte de renda que despontou nessa década vem do tipo de turismo comunitário implantado na Prainha, que serve de referência para diversas outras comunidades tradicionais do litoral. Sua estruturação político-co-social está assim representada (novembro/2009):

- 1º) Associação dos Moradores: composta por uma diretoria com 12 membros, os quais representam aproximadamente 300 sócio-comunitários;
- 2º) Conselho de Ética e Cidadania: alocado dentro da Associação de Moradores, é composto por 12 membros, ex-diretores e participantes da representação política local;
- 3º) Conselho de Educação: composto por 14 membros, todos professores/educadores das duas escolas existentes na sede da comunidade;
- 4º) Conselho de Pesca: possui 15 membros em sua gestão; trata-se de um grupo de pescadores profissionais que “pensam” e discutem os problemas da categoria na comunidade;
- 5º) Conselho de Turismo: possui em sua administração 09 membros, que representam um grupo de aproximadamente 70 comunitários;

6º) Conselho de Saúde: composto por 12 membros que trabalham e/ou prestam serviços na área de saúde na comunidade;

7º) Capatazia dos Pescadores (representa a Colônia Z-11): possui em seu quadro social atual um contingente de aproximadamente 250 pescadores.

As comunidades pesqueiras tradicionais do litoral cearense estão organizadas em torno de movimentos sociais característicos da pesca artesanal, que são constituídos com base em determinados problemas sociais (pesca predatória, habitação, saúde, educação etc.) enfrentados em seu coletivo, que normalmente só são superados nas lutas desses movimentos, pelos direitos de cidadania de seus moradores, produzindo uma pedagogia inerente a essa ação. Essa realidade ensejou a elaboração de uma pesquisa que se propôs a estudar o processo educativo do movimento social na comunidade da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense, buscando compreender seu papel no processo organizativo dessa comunidade, com o propósito de contribuir com os sujeitos sociais e institucionais que atuam nessa atividade para a elaboração de políticas públicas que efetivamente permitam o exercício dos direitos sociais dessas populações.

Dentro desse objetivo maior, observou-se que o grupo de pescadores que forma o Conselho de Pesca local, uma das bases do movimento, foi o principal responsável por uma série de ações e atos que vieram movimentar e mobilizar toda a categoria dos pescadores artesanais do Estado, com repercussões nos planos

estadual e nacional. Uma dessas ações foi a viagem de protesto da jangada comunitária SOS Sobrevivência¹, em abril de 1993. Outra ação foi a mobilização, a partir dessa comunidade, para a instalação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX), na área onde ela está inserida, foco principal da discussão desse trabalho.

METODOLOGIA

Numa pesquisa acadêmica, antes de se definir a metodologia a ser utilizada, devemos ter uma atenção direcionada à natureza do objeto de estudo, às propriedades inerentes ao seu ser. Nessa perspectiva, a metodologia é “[...] concebida como um processo globalizante de acesso ao real, dentro do qual estão os instrumentos necessários, escolhidos de acordo com os tipos de dados que queremos obter”. (HAGUETTE, 1990, p. 173).

Neste trabalho, procurou-se seguir os passos instrumentais da pesquisa qualitativa, fundamentada em um estudo de caso descritivo, qualitativo-explicativo, com concepções etnográficas e da pesquisa-ação, pois se pesquisou e estudou ao longo de cinco anos uma comunidade singular, que possui um valor em si mesma (LUDKE e ANDRÉ, 1988). Também se utilizou o enfoque fenomenológico que teve como objetivo captar e compreender a essência do fenômeno buscado, sem, contudo, pretender uma universalidade de análise. Segundo

Heidegger (1957), o método fenomenológico procura compreender o que se mantém velado e não se deixa mostrar diretamente, isto é, o fenômeno, no que ele tem de mais próprio e que constitui a sua essência.

Como citado, esta pesquisa possuiu uma concepção etnográfica, pois realizamos uma imersão no cotidiano dos sujeitos. Essa prática nos possibilitou uma observação direta dos comportamentos sociais com suporte numa relação humana, visto que o estudo da totalidade de um fenômeno social supõe a integração do observador no próprio campo de observação, envolvendo-o na vida própria da comunidade em todas suas atividades essenciais e acidentais (LÜDKE e ANDRÉ, 1988; TRIVIÑOS, 1995).

Os dados primários foram obtidos de uma amostra não aleatória, do tipo intencional, por quotas (BOLFARINE, 2005). A coleta desses dados foi realizada mediante a aplicação de 31 entrevistas estruturadas, semiestruturadas e informais, individuais, as quais foram aplicadas, principalmente, com as lideranças locais. Também se recorreu à ajuda da observação participante e ao emprego de elementos da metodologia crítico-dialética, para ajudar no encontro das interconexões e contradições que formam o tecido social local; e da ferramenta “diário de campo”, onde se registraram nossas impressões acerca das relações entre os principais sujeitos da pesquisa. Para organização desses dados, buscou-se o auxílio da infor-

1. Para conhecer melhor sobre a história da viagem da SOS Sobrevivência e seus desdobramentos, cf. <http://prainhadocantoverde.org/>

mática, mediante a utilização do *software* QSR NUD*IST, como ferramenta de apoio para análise das transcrições das entrevistas.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O paradigma teórico da nossa pesquisa parte do pressuposto de que, habitualmente, toda demanda social proveniente de comunidades organizadas enseja ou constitui-se num processo educativo para a população reivindicante (GOHN, 2003). A autora ressalta que “o caráter educativo deste processo é dado pela aprendizagem obtida, quanto aos assuntos em questão; pelo papel dos agentes e atores envolvidos; e pelas estratégias ou resistências que são elaboradas”. (Op. cit., p. 175). Nosso trabalho em campo mostrou que, no movimento social da Prainha do Canto Verde, essa afirmação se tornou realidade para aqueles que participam da vida comunitária local, transmitindo os seguintes ensinamentos:

Primeira lição: essa luta da terra que a gente luta em prol do bem comum de todos; porque, na verdade, essa comunidade tem lutado há muito tempo pensando só no bem de todo os moradores. [...] Todas essas lutas que nós enfrentemos aqui dentro, sobre a terra, a pesca, o turismo, todas essas coisas são lições de vida pra quem participa do movimento. (Pescador, 65 anos).

A teoria da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire (FREIRE, 2000) foi utilizada para mostrar a “conexão” movimentos sociais-educação e auxiliou no entendimento do processo educativo construído durante as lutas e nas histórias de vida daqueles que vivenciaram e participaram desse movimento.

Investigando a relação entre educação e movimentos sociais, Roseli Caldart (2000) considera o pedagogo Paulo Freire como o teórico que abriu um vasto caminho para entendermos esse diálogo, na medida em que ele edificou sua obra em torno da produção do “ser humano como sujeito, e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de sê-lo, [...], de tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação”. (Op. cit., p. 204).

Dessa forma, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire é um dos instrumentos para a descoberta crítica – “a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização” (FREIRE, 2001, p. 33). Nesse sentido, ela constitui um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização e, portanto, na constituição dos movimentos sociais populares, pois não está em si a circunstância de exclusão, de opressão, que leva cidadãos a se engajarem na luta social, mas sim o entendimento da razão de ser de seu estado de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliada à utopia da mudança, ao saber de que mudar é difícil, mas possível, possibilita que os cidadãos excluídos da história se organizem e se engajem na luta dos movimentos soci-

ais, para modificá-la.

Para nós essa “revolução” que passa pelo processo educativo, no caso do movimento social da Prainha do Canto Verde, pode ser apresentada pela formação de lideranças (constituem o Conselho de Pesca), forjadas na luta de seu movimento, que hoje representam exemplos de líderes no plano nacional, como no testemunho narrado a seguir, dentre outras ações que “marcam” a presença do movimento local na pesca artesanal do município.

Eu acho que foi na perspectiva da formação das pessoas. A formação de um ‘Beto’, por exemplo, passa muito pela formação política das pessoas. E algumas outras mudanças que a gente não pode creditar somente ao Terramar²- porque nós somos sujeitos, dentro de um consenso maior -, mas que são importantes, como a questão do preço da lagosta, que saiu de R\$ 26,00 para 47,00 reais, com a implantação do entreposto. (Assessor, Terramar).

Essas lideranças também foram corresponsáveis pela implantação do projeto dos Arre-cifes Artificiais na comunidade, planejado e executado pelo Terramar em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi o primeiro projeto dessa natureza no Nordeste do Brasil. Essa ação resultou no incremento da produção de peixes, o que ainda hoje reflete na produção local, principalmente daquelas espécies mais utilizadas para o consumo da população local. Isso só foi possível graças ao nível de organização dos profissionais da pesca e suas preocupações com relação à sustentabilidade dessa atividade.

Por sustentabilidade na pesca artesanal, o *Marine Stewardship Council* (MSC³, 1998) compreende a extração responsável e sustentável do recurso marinho que assegure a capacidade de seguir proporcionando benefícios às gerações presentes e futuras, mantendo sua produtividade e a diversidade biológica daquelas comunidades marinhas ecológicas. Esse conselho trabalhou com dez comunidades de pescadores artesanais pré-selecionadas em todos os continentes, com o intuito de testar a implantação de selos de certificação e qualificação para produtos da pesca artesanal. No Brasil, a comu-

2. O Instituto Terramar é uma ONG que foi concebida por intelectuais e lideranças, com base nas demandas e do exemplo que vinha mostrando o movimento popular local, mediante sua organização e mobilização, durante a viagem de protesto da SOS sobrevivência.

3. O MSC (Conselho de Manejo Marinho) é o líder mundial em certificação e qualificação ecológica de programas de sustentabilidade para mariscos. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos dedicada à ampla proteção e sustentabilidade das pescarias e ecossistemas associados. O conselho foi criado por iniciativa da Unilever (Multinacional Holandesa) e o World Wildlife Fund (WWF). Atualmente, o conselho atua totalmente independente e é administrado por um quadro de diretores, assessorados por especialistas nas áreas científica, econômica e de pesca (tradução nossa). Disponível em: <http://www.msc.org/>, acesso em: 06 jun. 2009.

nidade escolhida foi a Prainha do Canto Verde, em virtude dos trabalhos de organização em defesa dos direitos que a categoria dos pescadores artesanais mantém ao longo dessa última década. A pré-certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi desenvolvido em de abril de 2000, por meio dos assessores do MSC em parceria com o Instituto Terramar.

Para a comunidade da Prainha, participar da etapa de pré-avaliação para a certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi mais um passo importante conseguido pelo movimento comunitário, em direção à sustentabilidade da pesca local. O evento também serviu para chamar atenção de organizações e patrocinadores internacionais voltados para projetos que envolvam a questão da pesca artesanal. Da mesma forma, para obter o reconhecimento dos poderes públicos estadual e federal no apoio desses projetos quando algum deles for os responsáveis por essa aprovação/execução.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO

As ações do Conselho de Pesca da comunidade da Prainha do Canto Verde impul-

sio-naram-no a pleitear, em nome do coletivo, deste setembro de 2001, junto ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA, a criação e demarcação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX⁴), para combater a pesca predatória e para uma melhor cogestão comunitária dos recursos marinhos do litoral do município. Para tanto, as lideranças da Prainha passaram a difundir e articular a ideia através de debates e discussões em diferentes assembleias de várias entidades e eventos nas comunidades litorâneas de Beberibe. Nesses encontros:

[...] nós temos levado uma linguagem bem direta, nós que temos participado de muitas oficinas aí pelo litoral, então a gente fala, bem claro: ‘se vocês não cuidar do quintal de vocês, não vai ser o Prefeito, não vai ser o Terramar, não vai ser o Deputado que vai cuidar disso aqui não. Se a gente conseguir essa reserva e vocês que fazem parte não cuidar, é mesmo que nada, de nada vai resolver’ (Líder comunitário, 33 anos).

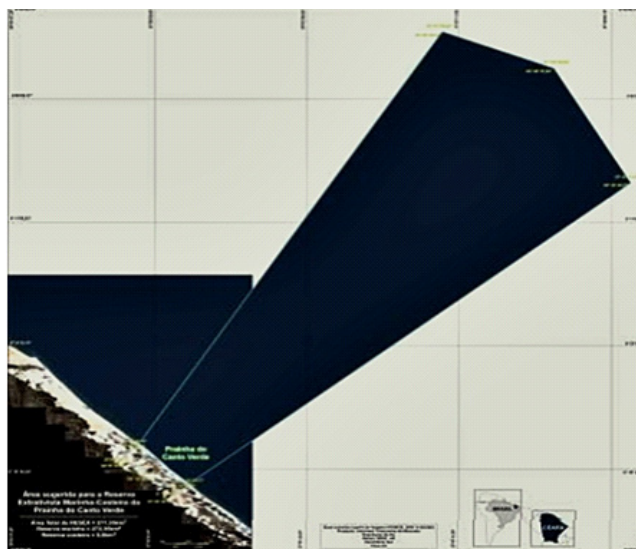
Numa primeira tentativa, a Prainha, por

4. Segundo a Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu Art. 18, combinada com o Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, que a regulamenta, juntamente com o Decreto nº 98.897, de 30/01/1990, que regulamenta as reservas extrativistas na categoria de unidades de conservação, as Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas tradicionais. Nessas áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com os interesses sociais de melhoria de vida e preservação da cultura das populações habitantes, assegurando-lhes o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

meio de suas lideranças, capitaneou e puxou esse movimento em prol da constituição da RESEX em todo o litoral do Município. No plano local, o processo foi iniciado com uma solicitação formal dos moradores da área (abaixo-assinado), tendo como signatários as entidades que os representam e apoiam, no caso, a Associação e o Instituto Terramar. O nível organizacional, com a realização de estudos técnicos e documental, foi realizado “com apoio do Terramar, da VINA, da Fundação Amigos, do Fórum dos pescadores, do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e da UFC. Hoje estamos com um apoio muito forte da articulação política, a nível municipal, estadual e até federal” (Líder comunitário, 33 anos).

O resultado desse trabalho, na segunda tentativa, foi a apresentação de um Laudo Técnico Ambiental, Socioeconômico e Cultural, como proposta de criação de uma Unidade de Conservação, Reserva Extrativista Marinha-Costeira da Prainha do Canto Verde (Figura 2), em janeiro de 2006, ao Subcomitê Científico do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagosta (CGSL⁵), o qual teve a participação direta do Departamento de Geografia da UFC. Com o apoio e defesa das entidades que a Prainha conseguiu arremeter, o CGSL aprovou de imediato a proposta de criação da RESEX e deu seguimento ao processo junto ao IBAMA.

Figura 2: Área proposta para criação da RESEX da Prainha



Fonte: Laudo Ambiental, Socioeconômico e Cultural (2005)

Vale ressaltar que, para se chegar a esse ponto, foi necessário que o movimento local, por meio do Conselho de Pesca, promovesse um acentuado processo educativo, que incluiu, primeiramente, um esclarecimento junto à maioria dos pescadores sobre o porquê da RESEX, quais suas vantagens; e, segundo, um trabalho de mobilização e motivação para que participassem nas reuniões e debates para elaboração e aprovação do projeto final. Este trabalho vem acontecendo desde 2001 e pode ser

5. O CGSL foi criado pela Portaria do IBAMA nº 83, de 23/09/2004. Funciona de forma paritária dentro de sua composição representada por 13 instituições, além do IBAMA. Tem como objetivo principal assessorar o Instituto na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada do uso sustentável das populações das lagostas, no litoral brasileiro. Conta com um Subcomitê Científico e com grupos da gestão nos estados, para auxiliar e subsidiar suas deliberações. A Prainha é a única comunidade do país a possuir dois moradores com “assento” no CGSL; um representa o MONAPE e o outro representa as organizações ambientalistas não governamentais.

considerado como o primeiro aprendizado no gerenciamento da reserva.

O último passo após a mobilização da comunidade em torno da questão e da efetivação dos estudos foi a realização de uma Consulta Pública à Comunidade, convocada pelo IBAMA, para a criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde. O evento ocorreu na manhã do dia 07/01/2007, um domingo, e estiveram presentes, além dos moradores, o Superintendente do IBAMA-CE e representantes do IBAMA/DISAM-Brasília, da SEAP-Ceará, da Prefeitura de Beberibe, do Sindicato dos Pescadores, do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC), do Instituto Terramar, da Colônia de Pescadores Z11, da Federação dos Pescadores do Ceará, do MONAPE e das comunidades de Morro Branco, Praia das Fontes, Barra de Sucatinga e Parajuru. Também estivemos presente nessa assembleia.

Após a apresentação da proposta oficial, seguiram-se os questionamentos, debates e discussões dos comunitários e participantes às autoridades representadas, em relação ao assunto do evento. Na sequência, a criação da RESEX da Prainha foi aprovada pelos moradores da comunidade. Ato contínuo, o IBAMA encaminhou o processo com a Ata da Consulta Pública para o Ministério do Meio Ambiente, que, após apreciação e aprovação, encaminhou para a Casa Civil e, finalmente, ao presidente da República, que assinou o Decreto nº 0-002, de 08 de junho de 2009, criando a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde. Em seu artigo 2º, estabelece com objetivo principal:

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da Prainha do Canto Verde, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

O Decreto em apreço, combinado com a legislação sobre as RESEX, já apresentada, determina que, para a exploração dessa área, deve haver um Contrato de Concessão Real de Uso, o qual deverá incluir um Plano para Gestão e Utilização aprovado pelo IBAMA. Esse Plano será o instrumento administrativo que mostrará a utilização autossustentável dos recursos naturais, sem afetar seu meio ambiente e respeitando a legislação ambiental vigente. Sua concepção e aprovação inicial deverão acontecer com a participação direta dos moradores da unidade, mediante consultas e reuniões, com a aprovação acontecendo em assembleia da associação local.

Nessa etapa, a Prainha também parte na frente, pois sua mobilização e organização comunitária falcitaram e favoreceram a composição de um sistema ordenado na gestão da RESEX, tornando mais transparente esse processo, apresentando um “regulamento” que possa ser cumprido, respeitado e observado por seus habitantes. Para tanto, a comunidade já dispõe de uma estrutura de ensino que certamente auxiliará no desenvolvimento e ex-

ecução de um programa de educação ambiental permanente, sensibilizando a comunidade, de forma partici-pativa, para a importância da valorização de sua paisagem e a continuidade do ordenamento da atividade da pesca sustentável.

A mesma legislação estabelece que a Reserva seja gerida por um Conselho Deliberati-vo, que será presidido pelo órgão responsá-vel por sua administração e constituído de representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente na área da Reserva, conforme deverá dispor seu regulamento e o dispositivo de criação da Unidade. Novamente a experiência organizacional e a vivência conseguida pela comunidade na luta pela posse da terra facilitaram a partici-pação de suas lideranças na gestão da reserva. Nesse sentido, uma de suas lideranças atual ex-pressa sua expectativa com relação à conquista do território, tão almejado por seus antecesso-res;

A RESEX irá mudar a vida das pes-soas que vivem na Prainha, pois a partir de agora ninguém mais vai poder se apossar dessas terras. É uma conquista muito importante pela qual tivemos que lutar durante muitos anos, mas o resultado chegou e agora é seguir em frente tentando consolidar as estratégias de sustent-abilidade comunitária. (Líder comu-nitário, 33 anos).

No ano seguinte à aprovação da RE-SEX, a comunidade sofreu mais um ataque dos

es-peculadores imobiliários, desta vez de um protagonista que se dizia “amigo” da comuni-dade e possui uma mansão (veraneio) de 4 mil-hões de Reais (Revista VEJA – 17, Junho 2009) dentro da área delimitada pela reserva. O espe-culador, proprietário de uma rede de escolas e faculda-de no município de Fortaleza, entrou com uma ação de embargo contra a formação da RESEX da Prainha. Já perdeu em primeira instância e seu ato proporcionou uma visto-ria do Grupo de Trabalho do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), agência do governo federal respon-sável para cogestão da RESEX da Prainha do Canto Verde. O rela-tório já foi aprovado pelo Presidente do ICMBio e foi proposta uma am-pliação da área da RESEX (Figura 3).

Figura 3: proposta de ampliação da RESEX da Prainha



Fonte: GT do ICMBio (2011)

CONCLUSÕES

A Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde tornou-se realidade. Trata-se de mais uma conquista social de seu movimento comunitário, principalmente no que diz respeito ao seu Conselho de Pesca, que foi o segmento social local responsável por encaminhar esse processo. É mais um passo enorme, em direção a uma possível solução para o problema da recuperação dos estoques da lagosta, da sobrepesca e da viabilidade econômica de suas pescarias. Assim, a pesca é um segmento muito importante na qualidade de vida da população local, não somente como atividade econômica, mas também cultural e coletiva, pela qual toda a comunidade, de modo geral, nutre um grande sentimento de amor, gratidão e respeito, como componente do ambiente marinho.

De determinado modo, a conquista da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, também, veio facilitar e proporcionar soluções mais adequadas à realidade da comunidade para o problema da terra, pois tornou inegociável a área de marinha e adjacências que foram demarcadas e onde estão fincadas as residências dos comunitários. A legislação sobre as RESEX determina que a área estabelecida em decreto somente possa ser explorada após a aprovação de um Plano de Gestão e Utilização, que deverá ter a aprovação do IBAMA.

A aprovação desse instrumento deve acontecer com a participação direta da comunidade, mediante consultas, reuniões e votação em assembleia geral da Associação local. Dessa

forma, a criação da RESEX tem proporcionado maior segurança para os interesses locais comunitários, pois, com a mudança no aspecto jurídico, será possível avançar na gestão comunitária interna da terra. Outro aspecto a ser destacado é que, em decorrências das incertezas que havia em relação a esse ponto, muitos projetos da comunidade ficavam paralisados. Além do mais, o controle sobre a especulação imobiliária, construções irregulares e até a fiscalização da pesca predatória se tornará mais ágil e eficiente, pois a RESEX aprovada considera também uma área de mar. Com essa iniciativa, o solo só poderá ser usado de forma sustentável. É a oportunidade que os moradores da Prainha sempre precisaram para desenvolver a pesca sustentável.

Com a conquista da RESEX, os desafios desse grupo de pescadores e do movimento local se ampliaram para com as demais parcerias da comunidade. Mediante as trocas de experiências nesses espaços apresentados, o movimento local se ampliou, articulando-se no estado e no país, voltando-se, fundamentalmente, para as questões de sustentabilidade da pesca e do combate à pesca predatória, bandeiras fundamentais desse segmento.

Mediante tais ações e conquistas, as lideranças e os profissionais do segmento da pesca na comunidade contribuem para o melhoramento da qualidade de vida da população local. Os desafios ainda são enormes, principalmente com a conquista da RESEX, mas, certamente, a comunidade trilhará esse caminho de êxito, aberto por seu movimento local, impulsionando o diálogo entre os diferentes sujeitos

sociais locais, criando referências e exemplos a serem seguidos e reproduzidos por comunidades tradicionais pesqueiras, litorâneas, do Estado.

A conquista da RESEX, por intermédio do movimento local, também tem proporcionado uma nova visão aos seus participantes, fruto de um trabalho coletivo de suas lideranças, sujeitos e assessores externos, que visam a atingir a todos os moradores da comunidade. Trata-se de uma educação popular que procura envolver todos os segmentos locais mediante aprovação e execução de projetos e propostas, amplos, que mobilizam toda a sociedade local. Essa visão é fruto do movimento comunitário, visão que muda o entendimento, que cria e promove novos conceitos, novas atitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Henrique L.P.S. *Indicadores de qualidade de vida: instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais - o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE*. 2002. 223 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, W. Oliveira. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher: ABE - Projeto Fisher, 2005.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GALDINO, J. Wilson. *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOHN, M. da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003a.

HAGUETTE, T. Maria Frota. *Dialética, dualismo epistemológico e pesquisa empírica*. In: HAGUETTE, André et al. *Dialética hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

HEIDEGGER, Martin. *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1957.

IBGE. *Características Gerais da População, Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. *Pes-*

quisa em educação: abordagens qualitativas.
São Paulo: EPU, 1988. (Coleção temas básicos
de educação e ensino)

MARINE STEWARDSHIP COUNCIL (MSC).
*Certificação de Pescarias Sustentáveis: do-cu-
mento informativo.* Londres: MSC, 1998.

NUD*IST 4.0. User Guide. Sidney: QSR, 1996.
TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesqui-
sa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em
educação.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.